

**RECLAMAÇÃO Nº 39.938 - SP (2020/0076459-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECLAMANTE** : MARIA FLORENCIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : EDINILSON FERNANDO RODRIGUES - SP371073  
GREGORY NICHOLAS MORAES BRAGA - SP356391  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE  
SÃO PAULO  
**INTERES.** : FABIANO MORET DA SILVA  
**INTERES.** : GIRO CAR  
**ADVOGADO** : HENRIQUE HORÁCIO BELINOTTE - SP068265

**EMENTA**

JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. RECLAMAÇÕES AJUIZADAS CONTRA ACÓRDÃOS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. JULGAMENTO QUE DEVERÁ SER REALIZADO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, POR SUAS CÂMARAS REUNIDAS OU SEÇÕES ESPECIALIZADAS, CONFORME DECIDIDO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ NA QUESTÃO DE ORDEM NO AGRG NA RCL N. 18.506/SP. ORIENTAÇÃO MATERIALIZADA COM A EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 3, PUBLICADA EM 8/4/2016. PERMANÊNCIA NO STJ APENAS DAS RECLAMAÇÕES QUE JÁ HAVIAM SIDO DISTRIBUÍDAS.

Reclamação não conhecida, ordenado o seu imediato encaminhamento ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

**DECISÃO**

Insurge-se Maria Florência de Oliveira dos Santos, por intermédio desta reclamação, contra os acórdãos proferidos pela Terceira Turma Recursal Cível do Colégio Recursal de Assis - SP no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0100024-36.2019.8.26.9034 e dos subsequentes embargos de declaração.

Do que se extrai dos autos, a reclamação, ajuizada contra decisão de Turma Recursal de Juizado Especial estadual, foi protocolizada neste Tribunal em 26/3/2020 (e-STJ, fl. 1).

Ocorre que a Corte Especial, na sessão realizada em 6/4/2016, concluiu o julgamento da Questão de Ordem no AgRg na Rcl n. 18.506/SP, tendo deliberado que

# *Superior Tribunal de Justiça*

"cabará às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes".

Para materializar essa decisão, foi editada a Resolução STJ/GP n. 3, que expressamente dispôs caber ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento das reclamações que lhe foram distribuídas anteriormente a sua publicação, ocorrida em 8/4/2016.

Constatado que a distribuição deste reclamo ocorreu após a publicação da Resolução STJ/GP n. 3/2016, necessário se faz, a fim de que não haja prejuízo para a reclamante, o seu encaminhamento ao tribunal doravante competente para o julgamento.

Ante o exposto, não conheço da reclamação.

Dado o pedido urgente formulado pela reclamante (e-STJ, fl. 14), remetam-se os autos, de imediato, ao Tribunal de Justiça de São Paulo, com a devida baixa, sem necessidade de se aguardar o decurso de prazo.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator